



Cidade Exposição

Órgão Diário Oficial Eletrônico do Município de Cordeiro/RJ

Ano V - Número 159 - Cordeiro, 27 de setembro de 2021
Lei nº 2.157/2017, de 20 de setembro de 2017

Site: www.cordeiro.rj.gov.br



Cidade Exposição

EXPEDIENTE DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO – DOE
Criado pela Lei nº 2.157/2017, de 20 de setembro de 2017, o **DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CORDEIRO/RJ** é uma publicação centralizada e coordenada pela Secretaria Municipal de Governo, através da Coordenação do Diário Oficial.

Os contatos podem ser feitos através do endereço eletrônico diariooficial@cordeiro.rj.gov.br ou, ainda, pelo telefone (22) 2551-0145. As edições do **DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CORDEIRO/RJ** podem ser consultadas através da internet, no endereço eletrônico www.cordeiro.rj.gov.br, independentemente de qualquer tipo de cadastro. As edições também são armazenadas em meios digital e físico, podendo ser requeridas a qualquer tempo por qualquer cidadão.

NOTA: A Prefeitura de Cordeiro garante a autenticidade de todas as edições do DOE, desde que visualizadas através do Sítio Eletrônico Oficial do Município: www.cordeiro.rj.gov.br.

PREFEITURA DE CORDEIRO/RJ CNPJ: 28.614.865/0001-67 Av.
Presidente Vargas, 42/54
Centro – Cordeiro/RJ - CEP: 28500-000
Tels.: (22) 2551-0145/0616
E-mail: prefeitura@cordeiro.rj.gov.br

DECRETO Nº 132/2021

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS PARA A CONTENÇÃO DO CORONAVÍRUS NO MUNICÍPIO DE CORDEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e

econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma dos artigos 196 e 197 da Constituição da República;

CONSIDERANDO, que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou em 30 de janeiro de 2020, Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) em razão da disseminação da COVID-19 (Sars-cov-2); considerando a classificação pela OMS, no dia 11 de março de 2020, como pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO a portaria nº. 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde que dispõe sobre a emergência em Saúde Pública de Importância nacional em decorrência da COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de ações coordenadas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública em âmbito Municipal, decorrente da COVID-19;

CONSIDERANDO os casos positivos de COVID-19 em nosso Município, conforme relatório emitido em 23/09/2021 pela Coordenação do Centro de Atendimento à COVID-19, sendo 36 ativos em isolamento, com 20% de leitos de UTI Covid-19 ocupados.

CONSIDERANDO os Decretos Estaduais editados para orientar e combater a proliferação da COVID-19;

CONSIDERANDO a aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro da prorrogação de calamidade pública no Município de Cordeiro no dia 12/05/2021 em virtude da Pandemia de covid-19 até 31/12/2021, conforme Decreto Municipal nº 067/2021 e,

considerando ainda, o Decreto Estadual n. 47.665 de 29/06/2021 que prorrogou o prazo de calamidade pública reconhecido pela Lei Estadual n. 8794/2020 até o dia 31 de dezembro de 2021.

CONSIDERANDO que o Município de Cordeiro logrou êxito tanto em dotar maior capacidade ao seu sistema de saúde para lidar com a epidemia quanto à disciplina da população e a importância do distanciamento social que gerou resultados satisfatórios no sistema de saúde.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suspenso o funcionamento e a realização, a contar da publicação deste Decreto, de quaisquer atividades que envolvam aglomeração de pessoas, tais como shows e passeatas, além de outros eventos com características semelhantes, que serão analisados, caso a caso e previamente, pelo Gabinete de Crise, órgão com autonomia para relativização destas atividades.

Art. 2º - As lideranças religiosas, independentemente de credo, deverão dar preferência para as transmissões on line dos cultos, missas, batizados e demais atos religiosos, ficando, contudo, autorizado, o funcionamento dos templos e afins de forma presencial, respeitando as regras de distanciamento social de 1 metro entre as pessoas, uso de máscara e do álcool em gel.

Parágrafo único - O líder religioso terá a responsabilidade pelo controle do disposto no parágrafo anterior.

Art. 3º - Fica proibida a circulação de pessoas nas ruas e vias públicas das 00h às 5h, ressalvado o deslocamento realizado, em caráter excepcional, para atender a eventual necessidade de tratamento de saúde emergencial ou deslocamentos para atividades laborais devidamente comprovadas.

Art.4º - A suspensão contida no artigo 1º deste Decreto não se aplica às seguintes atividades, com as ressalvas adiante elencadas:

I. Farmácias;

II. Mercados, açougues, peixarias, “hortifruti” e laticínios, que não funcionarão após as 20h, com capacidade de atendimento presencial a cliente reduzida a 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade, sendo vedada a permanência do cliente no interior do estabelecimento comercial para consumação dos produtos comercializados em tais estabelecimentos, responsabilizando-se o estabelecimento pelo controle de entrada;

III. Comércio de gás, que não funcionará após as 20h;

IV. Comércio de água, que não funcionará após as 20h;

V. Padarias, que não funcionarão após as 22h;

VI. Postos de combustível;

VII. Funerária, que deverá seguir as seguintes orientações:

a) Os funcionários da funerária deverão utilizar Equipamentos de Proteção Individual – EPI visando a proteção da exposição a sangue, fluidos corporais infectados e superfícies ambientais contaminadas;

b) Os corpos com suspeita/confirmação de COVID-19 que saírem do Pronto Socorro Municipal deverão estar protegidos por sacos impermeáveis e biodegradáveis (que dissolvem na terra) com zíper frontal, os quais servem de barreira ao contato com fluidos e secreções evitando assim, a contaminação,

tanto dos profissionais de saúde quanto de funcionários das funerárias que lidam com os corpos;

c) As notas de falecimento serão restritas a informar apenas o horário e o local do sepultamento;

d) Nos casos de morte de pessoas com suspeita/confirmação de COVID-19 não serão permitidos velórios, devendo o enterro ser imediato e/ou na primeira hora do dia, em caso de óbito em horário noturno;

e) O velório de pessoas cujo falecimento não seja por suspeita/confirmação de COVID-19, não poderá ultrapassar a duração de 3h (três horas) e deverá ser restrito a familiares do falecido, com fim de evitar aglomeração de pessoas;

f) Manter a urna funerária fechada durante todo o velório e funeral, evitando qualquer contato (toque/beijo) com o corpo do falecido em qualquer momento post-mortem;

g) A funerária deverá fornecer e utilizar água, sabão, papel toalha e álcool em gel a 70% para higienização das mãos durante todo o velório;

h) A urna funerária deverá ser colocada em local aberto ou ventilado;

i) Não permitir a presença de pessoas que pertençam ao grupo de risco para agravamento da covid-19: idade igual ou superior a 60 anos, gestantes, lactantes, portadores de doenças crônicas e imunodeprimidos. Caso seja imprescindível, que fique o tempo mínimo possível no local e evite o contato físico com os demais;

j) Não permitir a presença de pessoas com sintomas respiratórios. Caso seja imprescindível, elas devem usar máscara cirúrgica comum, permanecer o

mínimo possível no local e evitar o contato físico com os demais;

k) Não permitir a disponibilização de alimentos. Para bebidas, devem-se observar as medidas de não compartilhamento de copos;

l) A cerimônia de sepultamento não deve contar com aglomerado de pessoas, respeitando a distância mínima de, pelo menos, 1m (um metro) entre elas, bem como outras medidas de isolamento social e de etiqueta respiratória;

m) Fica determinado um limite máximo de 15 (quinze) pessoas por sala de velório nesta Municipalidade, podendo haver revezamentos, mantendo-se este número de pessoas; para tanto, devem as funerárias adotar mecanismos de controle, bem como providenciar orientações quanto à necessidade de evitar contato físico entre os presentes;

VIII. Bancárias e Lotéricas;

IX. Banca de jornal, que não funcionarão após as 18h;

X. Produção e distribuição de produtos de saúde, higiene, alimentos, que não funcionarão após as 21h;

XI. Fornecimento de sinal de internet;

XII. Atividades acessórias, consideradas essenciais ao suporte e a disponibilização de insumos necessários à cadeia produtiva, relativos ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais, como oficina mecânica em geral e borracharia, que não funcionarão após as 18h, sendo vedada, nesses casos, a permanência do cliente no interior do estabelecimento comercial para espera da realização do serviço;

XIII. Estabelecimentos de saúde como clínicas, consultórios e laboratórios, funcionarão obrigatoriamente com horários previamente agendados, vedados nesses casos, a permanência do cliente no interior do estabelecimento para espera do atendimento em pé, uma vez preenchidas, de forma intercaladas, as vagas nas cadeiras/bancos de espera com o devido distanciamento de 1m de um para o outro;

XIV. Clínicas, lojas veterinárias e comércio de ração animal, que não funcionarão após as 20h, sendo vedadas, nesses casos, a permanência do cliente no interior do estabelecimento comercial para espera da realização do serviço;

XV. Confecções de roupas, que não funcionarão após as 18h.

XVI. Academias, centros de ginástica, artes marciais e estabelecimentos similares, funcionarão com capacidade reduzida a 50% (cinquenta por cento) e não funcionarão após as 22h.

XVII. Salão de cabeleireiro, barbearia, centros de estética e estabelecimentos similares, que não funcionarão após o horário das 21h, com horários previamente agendados, vedados nesses casos, a permanência do cliente no interior do estabelecimento para espera do atendimento em pé, uma vez preenchidas, de forma intercaladas, as vagas nas cadeiras/bancos de espera com o devido distanciamento de 1m de um para o outro.

XVIII. Lojas em geral, comércio varejista, casas de material de construção e estabelecimentos congêneres, que não funcionarão após as 19h;

XIX. Os estabelecimentos que trabalhem como restaurantes, bares, lanchonetes, distribuidoras de bebidas, quiosques, trailer, ambulantes e similares, o horário de funcionamento deverá ser feito até as 00h

(meia noite) - com exceção do delivery, que não tem limitação de horário -, vedada a entrada no estabelecimento após as 23h, permitido o consumo de bebida alcoólica no local desde que o cliente esteja sentado, com área de atendimento reduzida a 50% (cinquenta por cento) do número de lugares disponíveis para consumo de seus clientes, mantendo-se uma distância mínima entre as mesas de 1m, intercalando-se entre mesas vazias e ocupadas;

XX. atividades de qualquer natureza no modelo drive in, desde que as pessoas não promovam aglomeração fora de seus veículos, devendo ser respeitada a distância mínima de 1,5 metros entre os veículos estacionados, bem como sejam adotados os protocolos sanitários;

XXI. atividades esportivas individuais, em dupla e esportes coletivos ao ar livre;

XXII. estabelecimentos de hotelaria e hospedagem, com capacidade reduzida para 40% (quarenta por cento) da lotação e funcionamento dos respectivos serviços de alimentação restrito aos hóspedes;

XXIII. Atividades industriais, que não funcionarão após às 22h.

XXIV. Clubes, que poderão funcionar até às 21h com a capacidade de utilização diária somente pelos sócios reduzida a 40% (quarenta por cento) de sua capacidade, sem funcionamento de saunas e espaços de churrasqueiras, ficando a responsabilidade pelo controle e utilização do espaço na pessoa do representante legal do estabelecimento, ressaltando que o bar poderá observar o previsto no inciso XIX deste artigo;

XXV - Salões de festas e estabelecimentos similares, que poderão funcionar até à meia noite, respeitando o limite máximo de 40% (quarenta por cento) da capacidade do espaço;

XXVI – Montagem e instalação de equipamentos e brinquedos de entretenimento infanto-juvenis, desde que sem aglomerações, com uso de máscara, disponibilização de álcool em gel, respeitado o distanciamento social entre os usuários, com funcionamento até às 20h.

XXV – Aulas escolares em todas as unidades da rede pública e particular, inclusive cursos livres, na forma do Decreto nº 118/2021.

§1º - Todos os estabelecimentos elencados nesse artigo 4º e seus incisos deverão limitar a entrada dos clientes de modo a não gerar aglomeração e dar preferência a atendimento por delivery, com o fito de se evitar a proliferação do coronavírus, além de:

I. Intensificar a limpeza no estabelecimento, além de higienizar periodicamente balcões, mesas, computadores, teclados, etc. bem como todos os materiais de trabalho com álcool 70º INPM;

II. Orientar para a manutenção de distância de 01 (um) metro entre funcionários e clientes/pacientes fixado pela Organização Mundial de Saúde;

III. Disponibilizar para seus funcionários álcool gel 70º INPM e equipamentos de proteção individual como máscara e luvas, como também disponibilizar para uso dos clientes álcool gel 70º INPM;

IV. Implementar medidas de prevenção de contágio por COVID-19, com a oferta de material de higiene e instrumentos adequados à execução do serviço, orientando seus empregados sobre a necessidade de manutenção da limpeza dos instrumentos de trabalho, conforme recomendações do Ministério da Saúde e das Secretarias de Estado e Municipais da Saúde e;

V. O ambiente de trabalho deverá ser arejado, com janelas abertas, portas abertas, sendo proibido o local ser fechado para uso exclusivo de ar condicionado.

VI. Controlar o fluxo de pessoas que acessam o estabelecimento e fiscalizar a distância mínima de 1 (um) metro entre as pessoas tanto internamente quanto externamente, a fim de evitar aglomeração.

VII. Divulgar informações acerca do COVID-19 e das medidas de prevenção.

§2º. Fica proibida a aglomeração de funcionários e de clientes/pacientes no interior de todo e qualquer estabelecimento comercial, devendo o acesso ao seu interior ser rigorosamente limitado e controlado pelo dono do estabelecimento, que deverá adotar medidas visando o controle da entrada e saída de clientes/pacientes, instalar barreiras na entrada, cuidar para que seja respeitada a distância mínima entre as pessoas, seja as que estejam em atendimento, seja nas filas que porventura se formem, sob pena de responsabilização do dono ou gerente do estabelecimento comercial que descumprir essa determinação.

§3º. Os proprietários do estabelecimento e na sua ausência o gerente ou responsável que se fizer presente no local serão responsabilizados civil e criminalmente pelo descumprimento das normas estabelecidas, sem prejuízo da cassação do alvará de funcionamento.

§4º. Os estabelecimentos comerciais acima mencionados deverão cumprir as regras de higienização, de proibição de aglomeração e restrições estabelecidas neste Decreto, bem como, proibir o acesso de pessoas no interior do estabelecimento comercial sem máscara.

§5º. Nas instituições bancárias e lotéricas o atendimento ao público deverá ser limitado, de forma que se evite a

aglomeração e filas nestes estabelecimentos, devendo ser observados os protocolos de higienização de caixas eletrônicos, terminais de atendimento, portas, maçanetas e demais equipamentos, sempre respeitando a distância mínima de 01 (um) metro entre as pessoas, seja no interior ou exterior do estabelecimento, inclusive quando a formação de fila for a única opção ao atendimento do público.

§6º. A responsabilidade pela organização da fila conforme a regra contida neste decreto é do proprietário do estabelecimento e na sua ausência do gerente ou responsável pelo estabelecimento comercial e/ou instituição financeira.

§7º. Como forma de auxiliar as práticas de isolamento social e evitar o avanço da propagação do coronavírus recomenda-se a utilização do sistema de pedidos por telefone, mensagens ou aplicativos delivery, sendo realizada entrega do produto ou recebimento de parcelas por representantes do estabelecimento comercial no endereço fornecido pelo cliente, com o fim de evitar que esse precise se deslocar, respeitada a restrição de circulação de pessoas em vias públicas no horário das 00h às 5h.

Art.5º - Fica permitido o serviço de táxi, desde que o veículo trafegue com as janelas abertas, e o motorista utilize máscara e forneça álcool gel 70º INPM aos passageiros, que também deverão estar usando máscara durante o trajeto.

Parágrafo único - O não cumprimento das normas estabelecidas neste Decreto acarretará a suspensão provisória das respectivas licenças, de ofício, sem prejuízo das penalidades legais cabíveis.

Art.6º - Fica autorizado o funcionamento de escritório de advocacia, contabilidade, corretores de imóveis e demais escritórios, atendendo 01 (um) cliente por vez, com horários previamente agendados, sendo vedada,

nesses casos, a permanência do cliente no interior do estabelecimento para espera do atendimento.

Art.7º - O atendimento presencial nas repartições públicas municipais deverá ocorrer de forma restrita, com uso de máscara, sem aglomeração, dando-se preferência sempre que possível ao atendimento remoto, ou seja, via telefone ou meio similar.

Art. 8º - Os serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Defesa Civil, Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito, Secretaria de Administração, Secretaria de Governo e Gabinete do Prefeito, no momento, não serão afetados, porém, deverão atender à proibição de aglomeração, bem como cumprir a determinação para uso obrigatório de álcool em gel 70º INPM, máscara e outros equipamentos de proteção individual necessários.

Art. 9º – Mantém-se obrigatório o uso de máscara em todas as repartições públicas e privadas, bem como nas vias públicas do Município de Cordeiro.

Art. 10 - O descumprimento do disposto neste Decreto, acarretará:

I – Às Pessoas Jurídicas:

- a) multa administrativa às pessoas jurídicas no valor correspondente a 200 (duzentos) UFIR-RJ por cada autuação, equivalente a R\$740,00 (setecentos e quarenta reais), sendo o seu valor duplicado em caso de reincidência, podendo ser multiplicada até 5 (cinco) vezes em caso de descumprimento reiterado, nos termos do artigo 5º da Lei Estadual nº 8.859 de 03 de Junho de 2020 do Rio de Janeiro;
- b) Interdição imediata pelo prazo de 15 (quinze) dias;
- c) Cassação do Alvará;

d) Fechamento compulsório pelas autoridades competentes.

II – Às pessoas físicas:

a) advertência;

Parágrafo único. Os valores decorrentes das multas deverão ser recolhidos ao Fundo Estadual de Saúde a serem aplicados nas ações de combate do novo Coronavírus, causador da COVID-19.

Art. 11 - As medidas adotadas neste Decreto poderão ser revogadas a qualquer tempo, de acordo com recomendação editada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, pela Organização Mundial de Saúde e pelo Governo Federal.

Art. 12 - A Guarda Municipal e a Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições contribuirão para o cumprimento integral das disposições contidas neste Decreto, podendo inclusive, solicitar auxílio de força policial para tanto.

Art. 13 - Os casos omissos neste Decreto, serão analisados pelo Gabinete de Crise do Município de Cordeiro, sob o comando do Prefeito Municipal.

Art. 14 – Fica mantido o Decreto nº 118/2021, que dispõe sobre o retorno às atividades educacionais de forma híbrida na rede pública e particular de ensino no Município de Cordeiro.

Art. 15 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 115/2021.

Gabinete do Prefeito, 24 de Setembro de 2021.

LEONAN LOPES MELHORANCE
Prefeito

(Republicado por incorreção)

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO FINANCEIRO N.º 375/2021.

EMPENHO N.º 000768

DATA DO EMPENHO: 24/09/2021.

CONTRATADA: DROGARIA DA PRAÇA DE CORDEIRO LTDA, LOCALIZADA À AVENIDA RAUL VEIGA, Nº 242, CENTRO – CORDEIRO - RJ, INSCRITO NO CNPJ Nº 00.432.934/0001-00.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIR ORDEM JUDICIAL.

PRAZO PARA EXECUÇÃO: IMEDIATO.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, IV DA LEI 8666/93.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.620,00 (UM MIL SEISCENTOS E VINTE REAIS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
401.10.301.0064.2.216.3.90.91.00000-00

MARCUS DELFRARO DE PAULA CASTRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO FINANCEIRO N.º 375/2021.

EMPENHO N.º 000769

DATA DO EMPENHO: 24/09/2021.

CONTRATADA: FARMÁCIA FIGUEIRA GRACIANO LTDA, LOCALIZADA À RUA MOACIR PINHO COELHO, Nº 130,



RETIRO POÉTICO – CORDEIRO - RJ, INSCRITO NO CNPJ Nº 05.405.79/0001-49.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIR ORDEM JUDICIAL.

PRAZO PARA EXECUÇÃO: IMEDIATO.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, IV DA LEI 8666/93.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.763,76 (UM MIL SETECENTOS E SESSENTA E TRES REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1401.10301.0064.2.216.33.99.90.91.00000-00.

MARCUS DELFRARO DE PAULA CASTRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO FINANCEIRO N.º 376/2021.

EMPENHO N.º 000772

DATA DO EMPENHO: 24/09/2021.

CONTRATADA: FARMÁCIA FIGUEIRA GRACIANO LTDA, LOCALIZADA À RUA MOACIR PINHO COELHO, Nº 130, RETIRO POÉTICO – CORDEIRO - RJ, INSCRITO NO CNPJ Nº 05.405.79/0001-49.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIR ORDEM JUDICIAL.

PRAZO PARA EXECUÇÃO: IMEDIATO.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, IV DA LEI 8666/93.

VALOR GLOBAL: R\$ 6.186,21 (SEIS MIL CENTO E OITENTA E SEIS REAIS E VINTE E UM CENTAVOS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1401.10301.0064.2.216.33.99.90.91.00000-00.

MARCUS DELFRARO DE PAULA CASTRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO FINANCEIRO N.º 375/2021.

EMPENHO N.º 000767

DATA DO EMPENHO: 24/09/2021.

CONTRATADA: FARMÁCIA SILVA E ALMEIDA CORDEIRENSE LTDA, LOCALIZADA À AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº 37, CENTRO – CORDEIRO - RJ, INSCRITO NO CNPJ Nº 28.790.640/0001-61.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIR ORDEM JUDICIAL.

PRAZO PARA EXECUÇÃO: IMEDIATO.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, IV DA LEI 8666/93.

VALOR GLOBAL: R\$ 608,52 (SEISCENTOS E OITO REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1401.10301.0064.2.216.3.90.91.00000-00

MARCUS DELFRARO DE PAULA CASTRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO FINANCEIRO N.º 376/2021.

EMPENHO N.º 000771

DATA DO EMPENHO: 24/09/2021.

CONTRATADA: FARMÁCIA SILVA E ALMEIDA CORDEIRENSE LTDA, LOCALIZADA À AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº 37, CENTRO – CORDEIRO - RJ, INSCRITO NO CNPJ Nº 28.790.640/0001-61.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIR ORDEM JUDICIAL.

PRAZO PARA EXECUÇÃO: IMEDIATO.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, IV DA LEI 8666/93.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.579,29 (HUM MIL QUINHENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1401.10301.0064.2.216.99.90.91.00000-00

MARCUS DELFRARO DE PAULA CASTRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO FINANCEIRO N.º 375/2021.

EMPENHO N.º 000770

DATA DO EMPENHO: 24/09/2021.

CONTRATADA: PEIXOTO & MARTINS LTDA, LOCALIZADA À RUA ABEL VENTURA RIBEIRO DE

MORAES, Nº 205, CENTRO – CORDEIRO - RJ, INSCRITO NO CNPJ Nº 29.542.727/0001-82.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIR ORDEM JUDICIAL.

PRAZO PARA EXECUÇÃO: IMEDIATO.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, IV DA LEI 8666/93.

VALOR GLOBAL: R\$ 252,00 (DUZENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1401.10301.0064.2.216.33.90.91.00000-00

MARCUS DELFRARO DE PAULA CASTRO.
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO FINANCEIRO N.º 383/2021.

EMPENHO N.º 000752

DATA DO EMPENHO: 24/09/2021.

CONTRATADA: PEIXOTO & MARTINS LTDA, LOCALIZADA À RUA ABEL VENTURA RIBEIRO DE MORAES, Nº 205, CENTRO – CORDEIRO - RJ, INSCRITO NO CNPJ Nº 29.542.727/0001-82.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIR ORDEM JUDICIAL.

PRAZO PARA EXECUÇÃO: IMEDIATO.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, IV DA LEI 8666/93.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.194,00 (UM MIL CENTO E NOVENTA E QUATRO REIAS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1401.10301.0064.2.216.33.90.91.00000-04.

MARCUS DELFRARO DE PAULA CASTRO.
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO FINANCEIRO N.º 373/2021.

EMPENHO N.º 000773

DATA DO EMPENHO: 24/09/2021.

CONTRATADA: PEIXOTO & MARTINS LTDA,
LOCALIZADA À RUA ABEL VENTURA RIBEIRO DE
MORAES, Nº 205, CENTRO – CORDEIRO - RJ, INSCRITO
NO CNPJ Nº 29.542.727/0001-82.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR
DE ACORDO COM SOLICITAÇÃO DA ASSISTENTE
SOCIAL.

PRAZO PARA EXECUÇÃO: IMEDIATO.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, IV DA LEI 8666/93.

VALOR GLOBAL: R\$ 966,60 (NOVECENTOS E
SESSENTA E SEIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1401.101.10+301.0093.2219.33.90.32.00000-51

MARCUS DELFRARO DE PAULA CASTRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: Ref. a futura e eventual aquisição de Kits de Higiene Bucal Infantil e Adulto para realização de ações de escovação dentária aos alunos da Rede Municipal de Ensino, aderidos ao Programa Saúde na Escola, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos I e II do edital.

Pregão Eletrônico N.º 069/2021 – Procedimento Administrativo 238/2021

Considerando a decisão da Sra. Pregoeira e sua Equipe de apoio, instituída pela portaria nº 020/2021, compostas pelos membros: Pregoeira: Kelly Silva Bonifácio e Equipe de Apoio: Bárbara de Souza Lima, Thais de Araujo Caeres e Francielle de Oliveira Silva que classificou a empresa abaixo.

Considerando ser do interesse Público HOMOLOGO a decisão da Sra. Pregoeira e sua Equipe de Apoio que julgou e considerou vencedora do certame a empresa:

I. D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI, situado na Rua Luiz Alves Cavalcanti, 689 – Sala 102 – Vilar dos Teles – São João de Meriti/RJ, CEP: 25.561-162, inscrito no CNPJ sob o n.º 11.372.104/0001-43 com o valor global de R\$ 10.670,00 (dez mil e seiscentos e setenta reais).

Dê-se ciência a firma vencedora, com determinação para as providências cabíveis e necessárias.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

Cordeiro-RJ, em 23 de Setembro de 2021.

MARCUS DELFRARO DE PAULA CASTRO
Secretário Municipal de Saúde